Análise do perfil dos ingressantes e concluintes do ensino superior de Administração: avaliação dos cursos de Administração de Santa Catarina segundo os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)

Autoria: Ana Lana Guerini

RESUMO: O acesso à educação superior no Brasil ainda é privilégio para poucos, apesar das políticas de incentivo do Governo Federal em ampliar o número de vagas. Estes números crescem a cada ano, mas a maioria é absorvida pelo setor privado, enquanto as IES públicas permanecem sem um crescimento expressivo de investimentos. Este cenário conduz a uma análise do perfil dos estudantes universitários de IES públicas e privadas, bem como a análise dos conceitos obtidos em avaliações como o Enade. Utilizando-se de metodologia exploratória, por meio de pesquisa documental, foi analisado o perfil de estudantes de administração das IES de Santa Catarina. Comparando os perfis de estudantes de IES privadas e públicas, os resultados indicam uma tendência dos estudantes provenientes de famílias com renda elevada, provenientes de escolas particulares e com pais com alto nível de escolaridade estudarem em IES públicas.

Palavras-chave: perfil dos estudantes, ensino superior, Enade.

1 INTRODUÇÃO

O perfil dos acadêmicos do ensino superior no Brasil não é tema muito freqüente nas pesquisas desta área (BORI, DURHAM, 2000), muito embora o Ministério da Educação (MEC) possua vastos indicadores demográficos e educacionais de cada um dos municípios brasileiros.

De acordo com Bori e Durham (2000), a dualidade entre estudantes pobres e ricos e o setor público e privado constituem os elementos principais que explicam as diferenças do desempenho dos estudantes. Apesar das autoras se referirem, na ocasião, ao Exame Nacional de Estudantes (ENC), tal análise pode ser feita também com relação ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

O Censo (2000) aponta para uma população de 23.378.831 de jovens de 18 a 24 anos. Um contingente expressivo e foco das políticas de inserção ao ensino superior do Governo Federal, que estabeleceu a meta de incluir 30% da população de 18 a 24 anos no ensino superior, por meio do Plano Nacional da Educação (PNE, 2000).

No entanto, segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2006 o número de jovens de 18 a 24 anos, matriculados na graduação totalizava 12,1% do total da população brasileira nesta faixa etária (ENSINO, 2008).

A questão que se discute independe desta meta ser ou não atingida, mas da relação entre o perfil dos estudantes e a sua permanência na graduação, já que pesquisa do IBGE (2007) revela que o rendimento familiar tem grande influência no acesso e permanência das crianças e jovens na escola.

De acordo com a mesma pesquisa,

> Em 2006, 76,4% dos estudantes freqüentavam universidades particulares, e apenas 23,6% estavam em estabelecimentos públicos. No entanto, mais da metade dos estudantes que freqüentam o ensino superior na rede pública (54,3%) pertenciam aos 20% mais ricos. (IBGE, 2007).

Não obstante, o nível de qualidade do ensino superior é tema recorrente de discussão entre os estudiosos da área, à medida que a necessidade de atingir a meta estabelecida no PNE pode impactar negativamente na qualidade de ensino, conforme aponta Madalena Peixoto, diretora do Centro de Educação da PUC-SP, em entrevista a revista ENSINO (2008), segundo a qual é necessário melhorar a qualidade, bem como

assegurar um número maior de egressos do ensino médio para que os estudantes incluídos no ensino superior possam desenvolver uma aprendizagem efetiva.

Assim, este artigo busca apresentar o perfil dos acadêmicos do curso de Administração das Instituições de Ensino Superior (IES), de Santa Catarina, comparando os perfis encontrados nas IES públicas e privadas. Seus resultados são apresentados a partir de dados do Enade 2006 e a questão das avaliações do ensino superior fazem pano de fundo para esta pesquisa.

Este artigo está organizado de forma que sua abordagem possa ser apresentada de maneira linear e coerente. Além desta introdução, consta neste artigo a seção 2 que apresenta um histórico das avaliações no Brasil, especialmente, considerações a respeito do Enade, e um retrato do perfil do estudante de ensino superior. A seção 3 ilustra os procedimentos metodológicos adotados. Na quarta seção encontram-se os resultados da pesquisa com vistas a atender os objetivos propostos. E, por fim, são apresentadas as considerações finais, conclusões e limitações da pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O que é avaliação?

As avaliações sejam elas referentes às instituições, aos docentes, aos cursos de graduação ou ao desempenho dos estudantes, têm sido uma prática cada vez mais comum para as Instituições de Ensino Superior (IES). Primeiro por ser uma exigência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que foi instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, e tem por objetivo certificar o processo de avaliação das IES, dos seus cursos de graduação, bem como do desempenho dos seus acadêmicos (INEP, 2008); mas também, por ser um balizador da qualidade dos seus serviços e um referencial importante para a tomada de decisão institucional e de políticas governamentais.

Por certo, as avaliações passaram a ser objeto de estudo cada vez mais freqüente nos últimos anos, por constituir tema de interesse das instituições que a vêem como verificadora de competências e de padrões de qualidade.

Embora não exclusiva deste universo, a avaliação é uma atividade inerente às instituições de ensino e nenhuma instituição passa por tantas avaliações como a escola (SOBRINHO, RISTOFF, 2000; SILVA, 2007).

Na definição de Belloni (2000, p. 41), avaliação institucional é um "processo sistemático de busca de subsídios para melhoria e aperfeiçoamento da qualidade da instituição". Qualidade, a propósito, é o cerne das definições sobre avaliação nas contribuições de Schwartzman (1992); Ristoff (1999); Seymor (1993) apud Jacobsen (1996).

2.2 Processos Avaliativos no Brasil

Comumente relacionada à qualidade, a avaliação tem sido uma prática presente e tema recorrente nas políticas nacionais de educação, mais fortemente, a partir da década de 90, conhecida como "década da avaliação", muito embora, já se tenham registros de tópicos acerca da avaliação no Brasil, desde a década de 70.

Foi na década de 80, entretanto, que os processos avaliativos começaram a se fazer presentes, a partir de iniciativas como o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), que tinha como propósito formular alternativas que pudessem contribuir com a melhoria do ensino superior; como a da Secretaria de Educação Superior (SESu), que objetivava implantar um sistema de avaliação dos cursos de graduação; como a iniciativa de várias universidades brasileiras quando da implantação de processos avaliativos; entre outros.

Criado pelo SESu-MEC, em conjunto com universidades, o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) surgiu em 1993, era pautado por princípios da adesão voluntária e da auto-avaliação e tinha como finalidade apoiar os processos de avaliação das instituições de ensino superior, contribuindo para reiterar a cultura da avaliação nas IES, principalmente como um "princípio (...) emancipatório" (ROTHEN, 2003, p. 114).

No início da década de 90, muitas universidades promoviam avaliações internas, mas foi a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), instituída pela Lei nº 9.394/96, que sustentava os mecanismos de credenciamento, reconhecimento, avaliação e supervisão da qualidade do ensino em nível superior; que procedimentos de avaliação foram implementados, embora tenham sido instrumentos utilizados, principalmente, para o processo de autorização e reconhecimento de cursos.

O Exame Nacional de Curso (ENC), também conhecido como Provão, tinha como objetivo avaliar o conhecimento e desempenho dos estudantes ao final do curso de graduação e, embora não tenha sido a única metodologia de avaliação fomentada pela

LDB, sua repercussão nacional fez com outros mecanismos, como a Avaliação das Condições de Ensino fosse ofuscada (SCHEFFER, 2007). De fato, o Provão foi a maior iniciativa no que concerne a avaliação institucional até então desenvolvida no país, apesar de inúmeras críticas recebidas.

Não obstante sua importância como propagador da cultura da avaliação, o ENC era baseado somente em indicadores quantitativos e com ênfase excessiva em resultados e monitoramento da qualidade, bem como descaracterizada da proposta que a antecedeu (PAIUB), voltado à adesão voluntária e liberdade da IES e inexistências de punições ou premiações (SCHEFFER, 2007; GIMENES, 2006).

Leite (2003, p. 65) reforça a crítica ao Provão, ao afirmar que "a avaliação que poderia estar a serviço da reforma e construção do compromisso, passa a ser o instrumento da centralização, da homogeneização e do controle". Ristoff (1999), por sua vez, questiona o fato de descontinuar o uso do PAIUB, já que o objetivo é avaliar o curso e não o aluno, e lembra que o antigo sistema foi construído em conjunto com a comunidade acadêmica e criado exatamente para este propósito, diferentemente do ENC.

2.3 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade

Substituindo o antigo Exame Nacional de Curso, o Enade é parte integrante do Sinaes, componente curricular obrigatório nos cursos de graduação e tem por objetivo avaliar o desempenho dos estudantes quanto aos conteúdos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Diferencia-se do seu antecessor, por ser realizado segundo critérios de amostragem e por aplicar a avaliação em dois momentos distintos: no primeiro e no último ano do curso (INEP, 2008).

A propósito desta última diferença, Davok e Brotti (2004) *apud* Recktenvald (2005) consideram que o Enade busca avaliar o conhecimento agregado no decorrer do curso, fazendo um acompanhamento longitudinal das ações pedagógicas. Em contrapartida, Garcia (2005) *apud* Recktenvald (2005) acredita que, até o momento, o exame falha em avaliar o valor agregado, já que os ingressantes e concluintes avaliados são pessoas diferentes. Ademais, acrescenta que o Enade continua avaliando o desempenho do aluno, em vez de avaliar o curso, a exemplo do Provão, e que o ranqueamento, grande crítica ao ENC, continua existindo.

Apesar das críticas a este sistema de avaliação, bem como ao seu antecessor, seus resultados podem ser muito úteis na orientação pedagógica e administrativa da instituição e do curso, à medida que contribui para uma reflexão interna e para a melhoria da qualidade de ensino (INEP, 2008).

Além disto, um dos objetivos dos processos avaliativos é "para que a sociedade conheça a qualidade de cada estabelecimento de ensino e tenha parâmetros para escolher onde cursar a graduação" (MEC, 2008).

2.3.1 Questionário Socioeconômico

O instrumento de avaliação utilizado no Enade é composto por questões dissertativas e de múltipla escolha, acerca de conhecimentos específicos do curso e formação geral, além de questões de percepção sobre a prova ao final do questionário e por um questionário socioeconômico. Tais instrumentos são aplicados tanto aos alunos ingressantes, quanto aos concluintes. O questionário socioeconômico é de participação voluntária e

> É de fundamental importância, já que permite o conhecimento e a análise do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes ingressantes e concluintes [...]. O questionário fornece maior conhecimento acerca dos fatores que podem estar relacionados ao desempenho dos estudantes. Dessa forma, tal questionário configura-se em um conjunto significativo de informações que podem contribuir para a melhoria da educação superior (IEP, 2006b).

O conceito aferido ao curso varia entre 1 e 5 e, quanto mais próximo de 5, melhor é a avaliação do curso.

2.4 Perfil dos Estudantes de Ensino Superior

O ensino superior do Brasil abrange um perfil de estudantes universitários bastante heterogêneo. Esta heterogeneidade é atribuída, entretanto, às diferentes regiões geográficas nas quais residem os estudantes (BORI, DURHAM, 2000).

Do contingente de estudantes universitários no Brasil, a maioria está matriculada em IES particulares. Schwartzman e Schwartzman (2002) estimam que este sistema, que já vem se expandindo muito nos últimos anos, cresça ainda mais dado as limitações de recursos do setor público.

As propostas apresentadas pelo MEC para expansão de vagas no ensino superior contribuem para a abertura de novas IES privadas, por meio de subsídios ao setor privado, uma vez que há poucos recursos adicionais ao setor público (PINTO, 2004).

Ainda de acordo com Pinto (2004) houve uma grande expansão das matrículas de graduação no ensino superior de tal forma que, neste período (1960 a 2002) as matrículas cresceram 37 vezes, embora tal aumento tenha se dado de forma bastante distinta entre o setor público e privado. A participação de 70% deste setor torna o Brasil "um dos países com mais elevado grau de privatização desse nível de ensino" (PINTO, 2004, p. 729).

3 METODOLOGIA

Considerando a necessidade de se analisar o perfil de estudantes de administração das IES de Santa Catarina, bem como comparar seus resultados entre instituições privadas e públicas, optou-se por um estudo de natureza exploratória, por meio de pesquisa documental. Foram analisadas as seguintes características do questionário socioeconômico, parte integrante do Enade:

a) Auto-definição de cor.

b) Renda mensal da sua família.

c) Carga horária aproximada de atividade remunerada.

d) Grau de escolaridade do pai e da mãe.

e) Tipo de escola onde foi cursado o ensino médio.

f) Freqüência de utilização da biblioteca da instituição.

Os documentos utilizados para a análise do perfil dos estudantes, bem como os conceitos obtidos pelos cursos, foram os Relatórios dos Cursos de Administração de Santa Catarina no Enade 2006, onde constam os percentuais de alunos que optaram por cada alternativa das questões do questionário socioeconômico. Tais relatórios encontram-se disponíveis no site do INEP.

Para May (2004, p. 212), um documento é um reflexo da realidade e é um meio pelo qual o pesquisador busca uma "correspondência entre a sua descrição e os eventos aos quais ela se refere". Para uma pesquisa documental, no entanto, os documentos devem apresentar critérios que lhe garantam qualidade, como autenticidade, credibilidade, representatividade e significado.

Na concepção de Yin (2001, p. 25), fazer uma análise de registros arquivais é

vantajoso “quando o objetivo da pesquisa for descrever a incidência ou a predominância de um fenômeno ou quando ele for *previsível* sob certos resultados”.

Neste contexto, foram também pesquisados arquivos, relatórios e indicadores nos sites do MEC, SINAES e INEP de modo que pudessem ser apresentadas as informações a respeito dos processos avaliativos no Brasil, bem como complementar os dados relacionados ao perfil do estudante de ensino superior.

A pesquisa teve seu resultado baseado no uso de estatística descritiva, calculando-se a mediana dos percentuais de resposta das questões supra citadas, do questionário socioeconômico, e fazendo-se o comparativo entre os resultados das instituições públicas e privadas.

4 RESULTADOS

4.1 Avaliação do Curso de Administração no Enade 2006

Promovendo a avaliação de áreas da educação superior a cada três anos, o Enade teve edições em 2004, 2005, 2006 e 2007, cada qual avaliando áreas distintas. O curso de Administração teve sua primeira avaliação em 2006. Naquele ano, o Enade avaliou 1.475 cursos de Administração em todas as regiões do país, sendo 163 públicas e 1.312 particulares.

Dos 386.524 alunos avaliados na edição de 2006, 126.312 eram alunos de Administração, respondendo por 32,68% da amostra, sendo o curso com a maior participação de alunos (52.255 alunos a mais que o curso de Direito, 2º curso com maior participação de alunos no Enade 2006).

Dos 82 cursos de Administração de Santa Catarina avaliados no Enade 2006, 67 IES fizeram parte da amostra desta pesquisa, sendo 2 públicas e 65 privadas. Muito embora houvesse a intenção de se fazer a análise de todas as IES, caracterizando, desta forma, um censo, os relatórios de 15 IES não estavam disponíveis para download na internet.

A análise considerou os percentuais de respostas de 6.350 estudantes de Administração. Destes, 56,5% ingressantes e 43,49% concluintes. Entre os ingressantes avaliados nesta pesquisa, 4,57% eram de IES públicas e 95,43% de IES privadas. O número de concluintes, por sua vez, alcançou o total de 2.762 acadêmicos, destes 95,87% estudantes de IES particulares e 4,13% de IES públicas.

Considerando que o conceito do Enade pode variar de 1 a 5, a mediana do conceito obtido pelos cursos de Administração de Santa Catarina foi 3; sendo também 3, analisando somente as IES particulares e 5, avaliando separadamente as IES públicas.

4.2 Perfil dos Acadêmicos de Administração

Extraindo a mediana das respostas dos 6.350 estudantes de administração (ingressantes e concluintes avaliados nesta pesquisa) é possível traçar o seguinte perfil dos cursos avaliados: 92,2% dos estudantes se declaram brancos; têm renda familiar até 10 salários mínimos; 71,6% trabalham ou já trabalharam 40 horas/semanais; tanto o pai, quanto a mãe cursaram até a 4ª série; a maioria (62,85%) estudou todo o ensino fundamental e médio em escola pública e freqüentam a biblioteca razoavelmente.

Avaliando separadamente as IES públicas, este perfil muda significativamente em algumas questões. A maioria também se declara branca e utiliza razoavelmente a biblioteca da instituição, no entanto, a renda familiar é superior (57,85% acima de 15 salários mínimos); o percentual que trabalha ou já trabalhou 40 horas semanais é 30% menor que a média geral; o grau de escolaridade do pai e da mãe sobe, sendo que a maioria tem ensino superior e a maioria (68,85%) estudou em escola particular.

4.3 Diferenças entre IES Públicas e Privadas

Para uma análise do perfil dos acadêmicos dos cursos de Administração das IES do estado de Santa Catarina, foram utilizadas algumas das questões que constam no questionário socioeconômico, o qual é composto por 114 questões. Os comparativos apresentados a seguir foram calculados utilizando-se de estatística descritiva, a partir do cálculo da mediana dos percentuais obtidos em cada categoria de resposta apresentada no Relatório do Curso, elaborado pelo INEP/SINAES, dirigido aos coordenadores e docentes dos cursos participantes e disponibilizados no site do INEP.

Bori e Durham (2000) analisaram as características de eqüidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro e sugeriram que “as possibilidades de um jovem concluir o ensino médio e, portanto, estar apto para ingressar no ensino superior estão condicionadas por um complexo conjunto de fatores: escolaridade dos pais, renda familiar e cor” (BORI; DURHAM, 2000, p. 24).

A análise de alguns destes fatores entre os estudantes dos cursos de Administração das IES de Santa Catarina participantes do Enade 2006, conduzem para a avaliação de que há diferenças entre o perfil de estudantes das IES públicas e dos estudantes de IES privadas estudadas, ainda que a análise comparativa dos estudantes dos cursos de administração de Santa Catarina, não seja representativa do perfil do estudante universitário brasileiro. Primeiro por ser analisado à luz dos resultados apresentados pelo Enade, que avalia apenas uma amostra dos estudantes ingressantes e concluintes e, segundo, por ser este estudo também fruto de uma amostra de IES do estado de Santa Catarina.

O nível de escolaridade do pai e da mãe, a renda familiar, o tipo de escola de origem (pública e privada) e as horas destinadas ao trabalho são algumas destas características que diferenciam estes tipos de instituições de ensino superior.

	Ingressantes		**Concluintes**	
Grau Escolaridade	IES Privada	IES Pública	IES Privada	IES Pública
1 ª a 4ª série	32,15%	6,95%	36,60%	14%
5 ª a 8ª série	22,20%	4,95%	18,60%	8,05%
Ensino médio	29,05%	34,30%	25%	32,15%
Ensino superior	11,25%	52,90%	11,35%	45,80%

Tabela 1: Nível de escolaridade das **mães** de estudantes ingressantes e concluintes
Fonte: dados da pesquisa

	Ingressantes		**Concluintes**	
Grau Escolaridade	IES Privada	IES Pública	IES Privada	IES Pública
1 ª a 4ª série	31,60%	6,55%	31,60%	11,70%
5 ª a 8ª série	21,10%	10,50%	21,10%	9,10%
Ensino médio	27,35%	26,15%	27,35%	26,50%
Ensino superior	10,20%	56,05%	10,20%	52,70%

Tabela 2: Nível de escolaridade dos **pais** de estudantes ingressantes e concluintes
Fonte: dados da pesquisa

Os níveis de escolaridade dos pais e mães de estudantes ingressantes e concluintes dos cursos de administração das IES de Santa Catarina apresentados nas tabelas acima mostram uma distribuição bastante particular. Os pais e mães de estudantes

matriculados em IES privadas têm menor escolaridade que os pais e mães de alunos estudantes de IES públicas.

Enquanto 56,05% dos pais e 52,9% de mães de estudantes ingressantes em IES públicas (federal e estadual) têm curso superior; entre os pais e mães de ingressantes de estudantes de IES privadas, estes números são bastante inferiores: 10,2% e 11,25%, respectivamente.

A avaliação de Bori e Durham (2000) a respeito da relação entre a escolaridade dos pais e a educação formal dos filhos, fundamentada também em outros estudos sobre educação, considera que esta variável, principalmente, a escolaridade da mãe, é ainda mais importante que o fator renda familiar.

	Ingressantes		**Concluintes**	
Renda Familiar	IES Privada	IES Pública	IES Privada	IES Pública
Até 5 salários (SM)	59,10%	11,75%	37,30%	12,75%
De 5 a 10 salários (SM)	20,70%	23%	33,30%	23,40%
De 10 a 15 salários (SM)	8,45%	31,90%	13,55%	20,65%
Mais de 15 salários (SM)	3,30%	33,35%	6,45%	43,15%

Tabela 3: Renda familiar de estudantes ingressantes e concluintes
Fonte: dados da pesquisa

A análise das questões referentes à renda familiar entre estudantes de IES públicas e privadas denotam certo paradoxo, uma vez que as pessoas que têm maior renda e, portanto, melhores condições financeiras, estudam nas instituições gratuitas; enquanto as vagas nas instituições particulares são tomadas, em grande parte, por estudantes cuja família tem renda inferior a cinco salários mínimos (59,10% ingressantes e 37,30% concluintes).

	Ingressantes		**Concluintes**	
Escola de 'origem'	IES Privada	IES Pública	IES Privada	IES Pública
Escola pública	66,35%	17,40%	61,15%	19,15%
Escola particular	18,50%	75,40%	25,70%	64%

Tabela 4: Escola de 'origem' de estudantes ingressantes e concluintes
Fonte: dados da pesquisa

As diferenças apresentadas entre os perfis de estudantes de IES públicas e privadas, considerando tanto os percentuais de ingressantes, quanto os de concluintes, indicam que há uma maior incidência de estudantes provenientes de escolas particulares, cujos pais têm níveis mais altos de escolaridades e renda familiar superior, estudarem em IES públicas.

Há uma percepção geral de que estudantes que cursaram escolas particulares no ensino fundamental e médio teriam maior facilidade em ingressar em instituições públicas de ensino superior (BORI; DURHAM, 2000).

A análise do perfil de estudantes demonstra que aqueles matriculados nas IES públicas são, na sua maioria, oriundos de escolas privadas (75,4% de ingressantes), enquanto os estudantes de IES privadas são, em grande parte, oriundos de escolas públicas (66,35% de ingressantes).

	Ingressantes		**Concluintes**	
Horas de trabalho	IES Privada	IES Pública	IES Privada	IES Pública
Não trabalha	6,80%	40,95%	0%	8,50%
Trabalha eventualmente	2,70%	5,70%	0%	3,25%
Trabalha até 24 horas	6,10%	15,65%	4,15%	9,75%
Trabalha de 24 a 40 horas	14,65%	15,45%	14,95%	26,65%
Trabalha mais de 40 horas	67,75%	22,25%	77,10%	51,80%

Tabela 5: Estudantes ingressantes e concluintes que trabalham ou já trabalharam
Fonte: dados da pesquisa

As diferenças mais marcantes entre os estudantes de IES privadas e públicas que trabalham ou já trabalharam se dá entre os ingressantes. Enquanto 6,8% dos ingressantes de IES privada podem se dedicar exclusivamente aos estudos, este número alcança a casa dos 40% entre os ingressantes de IES pública. Já entre os concluintes está diferença não se faz tão presente, uma vez que estes procuram uma forma de entrar no mercado de trabalho ao final do curso, ainda que não precise pagar seus estudos, como é o caso de estudantes de IES pública.

5 CONCLUSÃO

Para Bori e Durham (2000) há uma percepção da opinião pública a respeito da seleção do sistema de ensino brasileiro que acredita que os estudantes provenientes de famílias com renda elevada estudam em IES públicas, enquanto aqueles com renda familiar baixa são compelidos a pagar seus estudos em IES privadas.

Os dados analisados quanto ao perfil dos estudantes de administração das instituições de ensino superior de Santa Catarina corroboram com esta visão, ao apresentar um perfil bastante distinto entre estudantes dos dois tipos de IES.

De fato, os dados encontrados nesta pesquisa vão ao encontro dos resultados obtidos nas pesquisas das autoras e indicam que as IES públicas são formadas por um corpo discente mais "beneficiado" que aquele encontrado nas IES privadas.

A necessidade de se obter bons resultados nas avaliações do Sinaes, entre elas no Enade, se faz mister às instituições de ensino superior, à medida que estas avaliações são importantes indicadores de qualidade que podem e devem ser apresentados à sociedade.

A relação entre os conceitos obtidos no Enade e as características socioeconômicas dos estudantes, bem como outras variáveis que possam estar diretamente relacionadas ao desempenho dos estudantes e aos conceitos, carecem, contudo, de uma análise mais aprofundada. Desta forma, pesquisas com este enfoque são recomendações para estudos futuros.

REFERÊNCIAS

BELLONI, Isaura. A função social da Avaliação Institucional, in: SOBRINHO, José Dias, RISTOFF, Dilvo. **Universidade desconstruída**. Avaliação institucional e resistência. Florianópolis: Insular, 2000

BORI, Carolina M.; DURHAM, Eunice R. Eqüidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.

CENSO, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tabelabrasil111.shtm> Acesso em 01 ago. 2008.

ENSINO Superior. **Corrida pela inclusão**. Edição 115, mai/2008. Disponível em: <http://revistaensinosuperior.uol.com.br/textos.asp?codigo=12125> Acesso em: 10 ago. 2008.

GIMENES, Nelson Antonio Simão. **Um estudo meta-avaliativo de uma experiência de auto-avaliação em uma Instituição de Educação Superior**. Mestrado em Psicologia da Educação. São Paulo, Pontifica Universidade Católica, 2006.

IBGE, 2007. **Síntese de Indicadores Sociais 2007**- Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira. Disponível em: <http://www.ibge.com.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=987&id_pagina=1> Acesso em: 10 ago. 2008.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. **Enade**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/enade/enade_oquee.htm>. Acesso em: 31 jul. 2008.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. Disponível em: < http://faleconosco.inep.gov.br/resposta.php?cod_item=7642>. Acesso em: 30 de abr. 2008.

JACOBSEN, Alessandra de Linhares. **Avaliação institucional em universidades**: desafios e perspectivas. Florianópolis: Papa-Livro, 1996.

LEITE, Denise. Avaliação Institucional, reformas e redesenho capitalista das universidades. In SOBRINHO, José Dias, RISTOFF, Dilvo I. (org.). **Avaliação e compromisso público**: a educação superior em debate. Florianópolis: Insular, 2003.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3. ed. Tradução: Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O acesso à educação superior no Brasil. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 88, p. 727-756, Especial - Out. 2004.

PNE, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf> Acesso em: 03 ago. 2008.

MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=category&sectionid=13&id=94&Itemid=304>. Acesso em 02 ago. 2008

RECKTENVALD, Marcelo. **A auto-avaliação de Instituições de Educação Superior catarinenses diante da consolidação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. Dissertação de Mestrado em Administração. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 2005.

RISTOFF, Dilvo I. **Universidade em foco**. Reflexões sobre a educação superior. Florianópolis: Insular, 1999.

ROTHEN, José Carlos. O vestibular do provão. In: SOBRINHO, José Dias, RISTOFF, Dilvo I. (org.). **Avaliação e compromisso público**: a educação superior em debate. Florianópolis: Insular, 2003.

SCHEFFER, Ceres Eli Vargas. **Avaliação de cursos na Universidade de Santa Cruz do Sul e a qualificação da graduação**: contribuições e influências do “olhar externo” da avaliação. Dissertação de mestrado. Pontifica Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2007.

SCHWARTZMAN, Jacques; SCHWARTZMAN, Simon. **O ensino superior privado como setor econômico**. Desenvolvido para Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), 2002.

SCHWARTZMAN, Simon. O contexto institucional e político da avaliação. In: DURHAM, Eunice R., SCHWARTZMAN, Simon (orgs.). **Avaliação do ensino superior**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

SILVA, Francisco de Assis Batista da. **Avaliação de proficiência no ensino médio e de enfermagem**: Exame Nacional de Cursos (Provão) versus Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE). Dissertação de Mestrado em Educação. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2007.

SOBRINHO, José Dias, RISTOFF, Dilvo. **Universidade desconstruída**. Avaliação institucional e resistência. Florianópolis: Insular, 2000.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**. Planejamento e Métodos. Tradução Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.